



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: Violações sexuais contra civis cometidas por capacetes azuis: o caso MINUSTAH

Nome do(a) Estudante: Karoline Silva de Souza

Nome do(a) Orientador(a): Juliana de Paula Bigatão Puig

Ano de Depósito: 2020

RESUMO

O presente artigo analisa as problemáticas que circundam os casos de violências sexuais cometidas por *peacekeepers* durante os anos de vigência da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). O principal objetivo deste estudo é compreender quais elementos são fundamentais para o entendimento da contradição entre a atuação de uma organização internacional com mandato para zelar pela paz e segurança no mundo e a permissividade quanto às violações aos direitos humanos perpetradas por aqueles enviados para proteger as pessoas. Trabalhou-se com fontes primárias e secundárias, especialmente documentos oficiais da ONU, estudos sobre a história do Haiti e as operações de paz, e relatórios de organizações não-governamentais sobre a MINUSTAH. Verificou-se que o posicionamento da ONU mediante violências sexuais em missões de paz é muitas vezes incoerente, já que ao mesmo tempo em que institui uma política de tolerância zero para esse tipo de desvio de conta, não impõe punições efetivas, nem mesmo exige, de forma mais incisiva, medidas cabíveis por parte dos Estados que contribuem com tropas.

Palavras-chave: Operações de paz. Haiti. MINUSTAH. Violência sexual.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise das acusações de violência sexual cometidas por capacetes azuis no contexto de missões de paz, especificamente no caso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). A principal pergunta que orientou a

investigação refere-se aos elementos que explicam a contradição entre a atuação de uma organização internacional com mandato para zelar pela paz e segurança no mundo e a permissividade quanto às violações aos direitos humanos perpetradas por aqueles que são enviados para proteger as pessoas.

Ainda que a MINUSTAH tenha ocorrido entre 2004 a 2017, o recorte temporal se estendeu até o ano de 2020 tendo em vista a necessidade de acompanhar os desdobramentos dos casos de denúncias e julgamentos dos acusados em seus países de origem. Além disso, considerou-se necessário retroceder na história do Haiti para compreender os elementos que estruturaram as sucessivas missões de paz das Nações Unidas no país. Tal medida permitiu explicitar a problemática da ingerência externa no país e problematizar que as práticas de violação sexual constituem uma das dimensões mais reprováveis da ação da ONU no Haiti, embora não seja o único problema advindo da MINUSTAH.

A escolha do assunto estudado justificou-se em função do marco que a MINUSTAH se tornou para o Haiti, com efeitos que ainda serão refletidos por muitos anos após seu término, colocando luz na questão sobre qual o potencial de uma intervenção externa para tratar de problemas estruturais de um país e qual a legitimidade da ONU para desempenhar este papel.

O protagonismo brasileiro na MINUSTAH foi outro elemento que justificou o debate sobre tema, pois ao longo dos treze anos de missão o Brasil encaminhou cerca de 37 mil militares ao país caribenho. O discurso interno que respaldou a presença do Brasil na missão era baseado na crença de que tal ação, amparada no princípio da solidariedade internacional, ampliaria a projeção internacional do país, possivelmente ajudando a alcançar alguns de seus objetivos de política externa, dentre as quais o desejo de longa data de obter um assento junto aos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Embora este assunto não tenha sido objeto de análise, considerou-se importante neste trabalho explorar a problemática concernente à conduta criminosa dos *peacekeepers*, que foram comandados por generais brasileiros durante todo o período da MINUSTAH.

A metodologia científica deste estudo monográfico utilizou fontes qualitativas e dados primários - como relatórios e informações das Nações Unidas sobre as missões em solo haitiano e as alegações de violação sexual registradas e o andamento de cada uma delas - e secundários, considerando os diversos estudos sobre as missões de paz, história do Haiti e as análises das políticas onusianas para combater desvios de conta.

O texto está dividido em cinco seções, adicionadas a esta introdução e às considerações finais. A primeira apresenta um levantamento dos antecedentes históricos do Haiti, com

enfoque nos eventos políticos que desembocaram na situação que ensejou a implementação da operação de paz da ONU em 2004. Posteriormente, são sintetizados os principais aspectos da MINUSTAH e os fatos mais relevantes de suas atividades. Em seguida, as denúncias de abuso ou exploração sexual por parte de enviados da ONU contra a população são analisadas, em contraposição a estudos de campo e publicações acadêmicas sobre o mesmo tema. Mais adiante, as políticas onusianas de combate ao desvio de conduta, nomeadamente no que tange à violação sexual por parte de seu pessoal, também são abordadas, de forma a demonstrar a evolução e os dilemas da organização nesta matéria. Por fim, antes das considerações finais, pontuam-se elementos centrais do legado da MINUSTAH para o Haiti.

1. HAITI: um país marcado pela ingerência estrangeira

A história haitiana é marcada por instabilidades políticas, principalmente após tornar-se independente da França, a partir do processo revolucionário que teve início em meados do fim do século XVIII e que terminou com a declaração de independência do país caribenho em 1804. A libertação haitiana foi fruto de um movimento de combatentes escravos e ex-escravos, cujas principais lideranças foram Toussaint-Louverture e Jacques Dessalines. Conforme versam Fontella e Medeiros:

A independência do Haiti propiciou a emergência de um Estado com a absoluta preponderância de sua população negra. Isso proporcionou, ao longo dos últimos dois séculos, um processo histórico peculiar na América. Em outras palavras, em 1º de janeiro de 1804, nascia a África Americana (FONTELLA; MEDEIROS, 2007, p. 67)

As principais potências imperialistas da época não viram com bons olhos a emancipação haitiana, como foi o caso dos Estados Unidos e França, tendo essa última exigido uma indenização de 150 milhões de francos pela perda da colônia em troca de reconhecer a soberania do Estado recém declarado.

Além disso, no momento imediatamente após a independência, o ideário de sociedade comunitária e livre, traduzido no lema da revolução “Viver livre ou morrer”, de Dessalines, foi interrompido com seu assassinato em 1806, enquanto conflitos sociais e disputas pelo poder e pelos rumos do Haiti aconteciam. A elite mulata saiu vitoriosa desse enfrentamento, conseguindo manter seus privilégios e garantindo a defesa de seus interesses.

No contexto internacional, a desconfiança ao redor da primeira república negra era generalizada, por isso, o país foi isolado internacionalmente, catalogado como pária, tal qual a Cuba de Fidel Castro, por meio de bloqueios de comércio, financeiro, militar, político e

diplomático (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE INVESTIGACIÓN SOCIAL, 2018, tradução livre).

Em função disso, perpetuaram-se intervenções externas no país em diversos momentos e em graus distintos, que contribuíram para a exacerbação do cenário de instabilidade, tendo sido capitaneadas por diferentes Estados. Destacam-se quatro: França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos (MATIJASCIC, 2009). Sobre a dominação estadunidense no Haiti entre 1915 e 1934, que buscava aplacar a influência europeia no país, bem como atender seus próprios interesses, Galeano pontua:

Para ficar num só exemplo, os Estados Unidos ocuparam o Haiti durante vinte anos, e ali, nesse país negro que tinha sido o cenário da primeira revolta vitoriosa dos escravos, introduziram a segregação racial e o regime de trabalhos forçados, mataram 1.500 operários numa só de suas operações repressivas (segundo investigação do Senado norte-americano), e quando o governo local se negou a fazer do Banco Nacional uma sucursal do National City Bank de Nova York, suspenderam o pagamento dos soldos aos presidentes e aos seus ministros, para que tornassem a andar na linha (GALEANO, 2013, p. 95).

Além disso, outro acontecimento no âmbito da ocupação norte-americana impactou o futuro do Haiti: “Em 14 de dezembro de 1914, as tropas americanas invadiram o Banco Nacional e levaram a reserva nacional equivalente a 500 mil dólares, para nunca mais devolvê-la ao Haiti” (LOUIS-JUSTE; LEDESMA; PIERRE; D.; BOISROLIN, 2009, p. 23, tradução livre).

No passado recente do país caribenho, é evidente a predominância de movimentos antidemocráticos, os quais, geralmente, contam com financiamento externo para sua consecução, como nota-se na passagem a seguir:

Da independência em 1894 até 1990 (...) o Haiti teve 39 governantes. Dentre eles, um suicidou-se; (...) 27 foram destituídos ou levados a renunciar, por força de golpes de Estado ou pressões da oposição; quatro foram assassinados, três outros (...) tiveram morte natural, durante o exercício de mandatos vitalícios; e três, durante o cumprimento de mandatos não vitalícios. (CÂMARA, 1998, p. 14).

O período ditatorial em que houve a violação de essencialmente todos os princípios democráticos foi da família Duvalier, que durou de 1957 a 1986. Estima-se que durante esses anos entre 20 e 50 mil pessoas tenham sido assassinadas pela milícia haitiana, intitulada *tontons macoutes*, que contava com aproximadamente 25 mil integrantes ao fim da década de 1950 (CÂMARA, 1998). Esta época também foi palco do movimento migratório de cerca de um quinto da população haitiana da época, dentre os quais 80% tratavam-se de profissionais qualificados (ANDRADE, 2019).

Após a fuga de Jean-Claude Duvalier para França, com uma fortuna acumulada que beirava o bilhão de dólares, em fevereiro de 1986, tanto a população haitiana fatigada da ditadura quanto membros da comunidade internacional esperavam que finalmente o país conseguiria se estabilizar politicamente por vias democráticas. Porém, essa esperança logo foi malograda.

Foram organizadas eleições para o ano de 1990, com assistência tanto da Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio da iniciativa denominada “Apoio ao Processo democrático na República do Haiti”, quanto pela ONU, através do “Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti” (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

Jean Bertrand Aristide, um frei de uma pequena capela de Porto Príncipe, cujo discurso era simpático às massas e aos oprimidos, foi eleito pelo partido Lavalas com 67,48% dos votos. A partir de sua posse, Aristide nomeou diversos políticos anti-duvalierismo, o que causou os primeiros mal-estares com a oposição. O projeto de Aristide visava principalmente atenuar as discrepâncias sociais do país; para tanto, precisaria desenvolver os vários setores sociais que se encontravam em situações deploráveis, como saúde, educação, mercado de trabalho e infraestrutura.

Aristide conseguiu fazer articulações com muitos atores, desde organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e também países desenvolvidos, como Estados Unidos, França e Japão. Além disso, empreendeu uma reforma fiscal, de maneira que as maiores tributações incidissem sobre os mais ricos. Contudo, os elementos que foram determinantes para a destituição do governante foram sua intenção de combater as drogas e o narcotráfico¹ no Haiti, sendo este último viabilizado em grande parte por membros de baixo escalão do exército e da polícia haitiana e, sua incitação - assim interpretada pelos golpistas - ao povo que recorresse à violência contra seus opressores (CÂMARA, 1998)

Dessa forma, em 30 de setembro de 1991, o presidente Jean-Bertrand Aristide foi preso por membros da Polícia Nacional Haitiana, configurando assim o golpe encabeçado pelo general Raoul Cedras. Em 01 de outubro, o presidente embarcou para seu exílio nos EUA. Nos quatro anos seguintes, em que o Haiti esteve sob o poder militar, houve escalada na violência, com milhares de homicídios dolosos e estupros, perpetrados principalmente por membros do “Frente para o Avanço e o Progresso Haitiano”, uma nova geração de *tontons macoutes* (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

¹ Aproximadamente 15% das drogas consumidas nos EUA passam pelo Haiti. (Chalmers, 2020)

Desde que os militares tomaram o poder, vários países do hemisfério condenaram a destituição de Aristide e sinalizaram a intenção de intervenção conjunta, principalmente os EUA, conforme explicitado no trecho a seguir:

Este é o momento de ação coletiva. [...] Os Estados Unidos condenam o atentado contra o governo democraticamente eleito e a violência perpetrada contra inocentes haitianos. Exigimos a imediata restauração da ordem constitucional de Aristide. Suspendemos toda a assistência ao Haiti. Não reconheceremos o regime golpista. (Secretário de Estado James Baker, 02/10/1991 apud CÂMARA, 1998, p. 74).

A ONU, que já havia estabelecido a “Missão Civil Internacional no Haiti” (MICIVIH) em conjunto com a OEA, implementou em 1993 a “Missão das Nações Unidas no Haiti” (UNMIH, da sigla em inglês)². O objetivo dessa missão era garantir o cumprimento do Acordo da Ilha dos Governadores, estabelecido em Nova Iorque, após um longo processo de negociações intermediadas pelo diplomata da ONU Dante Caputo, no qual estavam comprometidos o general Cedras - idealizador e principal agente do golpe - e Aristide. O ponto central de tal Acordo dizia respeito ao retorno de Aristide ao Haiti para que exercesse o cargo para o qual havia sido eleito.

Contudo, a transição custava a acontecer. Em vista disso e da expulsão do pessoal da MICIVIH do país por parte do governo ditatorial, os EUA tiveram autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para intervir diretamente no país caribenho. Os soldados americanos chegaram em solo haitiano em 19 de setembro de 1994, invadindo a sede da Frente para o Avanço e o Progresso Haitiano, confiscando 160.000 páginas de evidências das atrocidades cometidas pelo Estado, dentre outros documentos, no período em que o país esteve sob domínio militar. Essas provas nunca retornaram ao país, o que contribuiu para impunidade dos criminosos. Dessa forma, sob vigilância dos EUA via mandato do CSNU, Aristide conseguiu reaver a presidência do Haiti. A iniciativa das Nações Unidas durou até junho de 1996 e os soldados estadunidenses gradualmente deixaram o território do Haiti. (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

Conforme o mandato de Aristide se aproximava ao seu termo, em junho de 1995 aconteceram eleições presidenciais, vencidas por René Preval, candidato do Lavalas. Esse processo eleitoral foi largamente criticado, com acusações de fraude por parte de diversos atores, inclusive organizações internacionais. A instabilidade política persistiu nas demais

²“As missões de manutenção da paz da ONU são mandatos [autorizados] pelo Conselho de Segurança para fornecer segurança e apoio político e de consolidação da paz a países em situações de conflito ou pós-conflito. Elas são guiadas pelos princípios de consentimento do país anfitrião, imparcialidade e não uso da força, exceto em legítima defesa, defesa do mandato ou proteção de civis, se assim autorizado pelo Conselho” (CSNU, Glossary, tradução livre).

edições eleitorais, alternando momentos de maior e menor participação da ONU por meio das seguintes operações:

Quadro 1 - Missões da ONU no Haiti entre 1996 e 2001

Missão	Período	Objetivo
UNSMIH (<i>United Nations Support Mission in Haiti</i> , em português “Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti”)	Julho/1996 – Julho/1997	Ajudar o Governo na profissionalização da polícia, manutenção de um ambiente seguro e estável propício ao sucesso dos esforços para estabelecer e treinar uma força policial nacional eficaz e para coordenar as atividades do sistema das Nações Unidas na promoção de instituições, construção, reconciliação nacional e reabilitação econômica.
UNTMIH (<i>United Nations Transition Mission in Haiti</i> , em português “Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti”)	Agosto a Novembro de 1997	Auxiliar o Governo do Haiti apoiando e contribuindo para a profissionalização da Polícia Nacional do Haiti (PNH). As tarefas do contingente policial da UNTMIH incluíam o treinamento de unidades especializadas do HNP em controle de multidões, a força de reação rápida e a segurança da residência oficial presidencial, áreas consideradas de importância distinta.
MIPONUH (<i>United Nations Civilian Police Mission in Haiti</i> , em português “Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti”)	Dezembro/1997 - Março/2000	Auxiliar o Governo na profissionalização da Polícia Nacional. A missão deu especial ênfase à assistência ao nível de supervisão e à formação de unidades policiais especializadas. Outras tarefas incluíram a orientação do desempenho da polícia, a orientação de agentes policiais nas tarefas do dia-a-dia e a manutenção de uma estreita coordenação com assessores técnicos da Polícia financiados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e doadores bilaterais
MICAH (<i>International Civilian Support Mission in Haiti</i> , em português “Missão Internacional de Apoio Civil no Haiti”)	Março/2000 - Fevereiro/2001	Consolidar os resultados alcançados pela MIPONUH e suas missões predecessoras. Foi encarregada de promover ainda mais os direitos humanos e reforçar a eficácia institucional da polícia haitiana e do judiciário, e de coordenar e facilitar o diálogo da comunidade internacional com atores políticos e sociais no Haiti. A MICAH formulou três pilares para cumprir seu mandato: Justiça, Polícia e Direitos Humanos.

Organização: SOUZA, K. S. Tradução Livre.

Fonte: *United Nations Peacekeeping. Completed and ongoing peacekeeping missions.*

O quadro 1 revela a presença de atores internacionais por meio de quatro operações de paz no Haiti ao longo de quase cinco anos. As duas primeiras, UNSMIH e UNTMIH, foram bastante breves, focando principalmente na profissionalização da Polícia Nacional Haitiana. É importante destacar esse ponto, visto que a década de 1990 foi marcada por diversos protestos populares, principalmente a partir de 1995, em razão da polarização e deterioração do quadro político interno, intensificado pelo rompimento de Aristides com seu antigo partido e criação do *Fanmi Lavalas* (FILHO, 2007). Em março de 1997, teve início a missão mais longa do período, a MINOPUH, que além do aperfeiçoamento policial, também primava pela especialização de supervisores. A MICAH foi a última operação da época, que visava robustecer os avanços obtidos na missão anterior, além de contar com um pilar não previsto nas demais: Direitos Humanos. Porém, a presença internacional no país em variados formatos não foi suficiente para garantir a estabilidade e evitar graves violações aos direitos humanos.

Em 2001, Aristide foi eleito novamente, porém, o exercício de seu mandato foi igualmente, ou ainda mais, conturbado que o anterior. A violência entre apoiadores de Aristide e membros da oposição era generalizada por boa parte do território haitiano e, conforme a administração de Aristide se mantinha no poder, os grupos opositores acirravam sua atuação. Com uma força policial enfraquecida, a segurança interna foi delegada a civis armados, dentre os quais notava-se a presença de muitos criminosos conhecidos por seus abusos. Pelo lado da oposição, os grupos se armavam cada vez mais e aumentavam sua abrangência e violência (ALENCAR, 2012).

Outro fato importante a se mencionar no imbróglio que antecedeu mais uma intervenção onusiana foi o discurso em que o presidente Aristide acusava a França de ser devedora do Haiti, em função da indenização exigida no pós-independência da colônia, intimando-a ressarcir o valor em questão:

“Ele [Aristide] exigiu "restituição e reparação" por todos os danos causados pela escravidão e pela sanção exigida em 1825, e cobrou da França 21 bilhões de dólares, correspondentes ao valor capitalizado dos 90 milhões de francos de ouro.” (JUBILEO SUR AMÉRICAS, 2020, p. 7, tradução livre)

Na interpretação de críticos das ações das Nações Unidas, esse seria o real motivo pelo qual a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) teria sido instrumentalizada, como uma forma de reação a essa “inquisição” do presidente Aristide.

No dia 22 fevereiro de 2004, a cidade de Cap-Haïtien foi tomada por grupos rebeldes, sendo esse o estopim para um novo exílio de Aristide. As circunstâncias da saída do presidente haitiano do poder são bastante nebulosas. Ainda que exista um documento assinado por ele abdicando de seu cargo em prol da paz e defesa dos direitos constitucionais, bem como a versão estadunidense de que somente concedeu exílio a Aristide após solicitação do mesmo; o presidente, posteriormente, afirmou que não pediu demissão. Além disso, relatos de funcionários da residência presidencial que presenciaram a ação norte-americana acentuam as ambiguidades:

“Os americanos brancos vieram buscá-lo de helicóptero. Eles também estavam acompanhados por homens encarregados de sua segurança. Eram cerca de 2:00 da manhã. Ele não queria ir embora. Os soldados americanos o forçaram. Por causa das armas apontadas para ele, ele foi forçado a segui-las. Os americanos são os mais fortes depois de Deus”. (*Libération*, Paris, 1 de março de 2004 apud SEITENFUS, 2016, p. 112, tradução livre)

Essas contradições também são apontadas por outros pesquisadores, como Chalmers, que defende que a intervenção político-militar foi uma resposta em forma de golpe, em razão do pedido de indenização feito por Aristide, salientando o fato de que os governantes que o sucederam sempre foram alinhados a França e Estados Unidos.

O país ficou a encargo do Presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, que solicitou auxílio internacional em uma cerimônia na residência do Primeiro Ministro Yvon Neptune e contou com a presença dos embaixadores da França e dos Estados Unidos, fato que reforçou as denúncias de patrocínio desses países na operação que destituiu Aristide. (SEITENFUS, 2016). Alexandre foi atendido pelo CSNU com a autorização da Força Interina Multinacional (MIF), cuja duração foi de três meses, sendo sucedida pela MINUSTAH. (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005). É mister salientar a incoerência que reside no fato de que mesmo após uma sequência de missões de paz na década de 1990 com resultados questionáveis, a única saída considerada foi uma nova operação da ONU.

Nessa mesma ótica, há analistas que compreendem a operação de paz em questão enquanto uma missão civilizatória:

A obra civilizatória messiânica - direito de exportar a civilização do colonizador - que se outorga o direito de relegar formas de sociabilidade (entre outras, a sociabilidade dos primeiros habitantes da ilha do Haiti) ao "estado de natureza" de 'Civilizado' começou com a invasão de Cristóvão Colombo, em 6 de dezembro de 1492. Essas formas de sociabilidade, longe de se desenvolverem em suas próprias contradições como forma de desenvolvimento do gênero humano, foram transformadas em Estados capitalistas periféricos pela força bárbara das potências capitalistas em ascensão. A estrutura social haitiana não foge a essa regra. (...) Mais perto de nós, a invasão militar do Haiti de 28 de fevereiro de 2004 até hoje é emblemática da continuidade dessa obra civilizatória messiânica. Consequentemente, expressa o fato de que a revolução social

de 1804 não rompeu radicalmente com o estado colonial (...). (LOUIS-JUSTE et al., 2009, p. 44, tradução livre)

Dessa forma, na esteira de dominação exercida por diversos países ao longo da história haitiana - nomeadamente a França e os Estados Unidos, através da colonização, invasão do território ou missões de paz avalizada pela ONU - torna-se evidente que os rumos do Haiti são ditados por forças externas enquanto as classes populares permanecem às margens deste movimento, fazendo com a soberania haitiana seja objeto de negociação entre a elite do país e as potências estrangeiras, com uma veste multilateral das Nações Unidas. Nas próximas seções, discute-se a continuidade deste histórico de intervenções, para então situá-lo no contexto das graves violações aos direitos humanos perpetradas por aqueles que supostamente protegeriam a população haitiana.

2. A MINUSTAH: a continuidade da ingerência estrangeira no Haiti

A MINUSTAH teve vigência de junho de 2004 a outubro de 2017. O mandato inicial da missão estabelecia três amplos objetivos: 1) garantia de um ambiente seguro e estável; 2) apoio ao processo político e constitucional; 3) observância dos Direitos Humanos. De forma específica, a operação de paz visava auxiliar na transição política, em função do afastamento do presidente Jean-Bertrand Aristide, de forma a garantir a manutenção das instituições legítimas, bem como mitigar o possível desdobramento dos conflitos civis que eclodiram no país. Dessa maneira, em 30 de abril de 2004, o CSNU evocando o Capítulo VII (“Ação com respeito à paz, Violações da Paz e Atos de Agressão”) da Carta de São Francisco, autorizou a implementação da missão, por meio da Resolução 1542, a qual se apoiaria na mobilização de contingentes militares, policiais e civis de diversos países para sua consecução. Os analistas críticos da MINUSTAH afirmam que não havia respaldo suficiente para legitimar o caráter de imposição da paz embutido na evocação do Capítulo VII para lidar com a crise haitiana:

Numa iminente interferência na institucionalidade e subjugação à ordem constitucional, esses grupos impuseram, ilegalmente, a MINUSTAH. Isto foi uma violação da Carta das Nações Unidas, que não pode enquadrar essa missão no conceito de forças de manutenção da paz, tal como previsto no Capítulo 7. Cabe enfatizar que a ONU não tinha os elementos suficientes para enviar os capacetes azuis. Em 2004, não houve guerra civil no Haiti, não houve crimes contra a humanidade, não houve genocídio. (JUBILEO SUR AMÉRICAS, 2020, p. 26, tradução livre)

A MINUSTAH mobilizou, em seu auge³, 12.552 efetivos provenientes de 56 países, entre contingentes militares, policiais e civis, principalmente latino-americanos (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2020). Sobre esse fato, Chalmers tece uma crítica à ampla mobilização de tropas latino-americanas, pois compreende tal fato como uma “terceirização” pelos estadunidenses, no processo de marginalização e super-exploração dos recursos haitianos (JUBILEO SUR AMÉRICAS, 2020).

Conforme já mencionado, nos documentos que balizam as operações de paz da ONU, a MINUSTAH se enquadra na categoria de imposição da paz (*peace enforcement*)⁴ e, entre os três componentes de seu mandato - ambiente seguro e estável, processo político, e direitos humanos - o último é o ponto sobre o qual a resolução de implementação da missão discorre de forma mais aprofundada, instituindo a proteção de civis⁵ como elemento crucial.

Ainda que na resolução da ONU que autorizou a criação da MINUSTAH estivesse previsto um mandato para proteção de civis, principalmente na impossibilidade de o Estado haitiano oferecê-la, desde o início foram numerosos os momentos em que acusações de violações dos direitos humanos vieram à tona. A saber, ainda em 2004, os representantes da missão à época foram a público dar explicações para justificar uma postura considerada inerte frente à truculência da Polícia Nacional Haitiana, que cometia atos bárbaros contra protestos pacíficos (CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, 2005).

Dessa forma, ao longo da missão, alguns pontos colocaram em xeque seu prosseguimento, e, até mesmo, sua legitimidade e eficácia. Além disso, copiosas dificuldades foram encontradas, como a ausência de contingente suficiente para atender ao amplo mandato do CSNU e a escassez de financiamento internacional, principalmente para projetos na área de

³ O número máximo do contingente foi atingido em outubro de 2011 como consequência do robustecimento da missão em razão do terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010.

⁴ “A imposição da paz envolve a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança, de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso de força militar”. As outras categorias são a) prevenção de conflitos, que “envolve a aplicação de medidas estruturais ou diplomáticas para evitar que as tensões e disputas intra ou interestatais se transformem em conflitos violentos”; b) promoção da paz (*peacemaking*), que “inclui medidas para resolver conflitos em andamento e geralmente envolve ação diplomática para trazer as partes hostis a um acordo negociado”; c) manutenção da paz (*peacekeeping*), que “é uma técnica destinada a preservar a paz, por mais frágil que seja, onde os combates foram interrompidos, e para auxiliar na implementação dos acordos alcançados pelos pacificadores”; d) construção da paz (*peacebuilding*), que “envolve uma série de medidas destinadas a reduzir o risco de retorno do conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos e para lançar as bases para a paz e o desenvolvimento sustentáveis”. (Department of Peacekeeping Operations, 2010, tradução livre).

⁵ “A Proteção de Civis (POC) é uma responsabilidade que inclui todas as partes de uma missão de paz, funções civis, militares e policiais. Em muitos casos, as missões de manutenção da paz estão autorizadas a usar todos os meios necessários, incluindo o uso de força letal, para prevenir ou responder a ameaças de violência física contra civis, dentro das capacidades e áreas de operações, e sem prejuízo da responsabilidade do governo anfitrião”. (United Nations, 2020, tradução livre)

infraestrutura. Para além desses elementos de natureza mais conjecturável, o desastre fatal ocasionado pelo terremoto em janeiro de 2010 foi um dos agravantes para a crise que assolava o país e fez com que a ONU estendesse e ampliasse a missão de paz (GEDES, 2017). Esse episódio desestabilizou o país de distintas formas, principalmente economicamente, uma vez que atingiu que a região metropolitana de Porto Príncipe, que concentra 65% das atividades econômicas de todo o país, além disso: “O país perdeu em 35 segundos o equivalente a 120% de seu Produto Interno Bruto, e o Estado, um terço de seus funcionários” (SEITENFUS 2014, p. 245).

Se por um lado o terremoto drasticamente atraiu considerável ajuda internacional, por outro despertou o lado mais obscuro da chamada indústria humanitária. Na análise de Romulus (2016 apus VAHEDI et al., 2020), após o terremoto, uma série de organizações de ajuda internacional tomou o Haiti e ativou a economia humanitária, porém de maneira descoordenada e em um ambiente de alta competição por recursos. Um editorial da revista britânica *The Lancet* (2010) intitulado “O crescimento da ajuda e o declínio do humanitarismo” descreveu a competição entre as agências por recursos financeiros em detrimento das necessidades básicas locais. Chalmers (JUBILEO SUR AMÉRICAS, 2020) pontuou o desvio de recursos para finalidades escusas, como a construção privada de fontes de energia por corporações que excluíram a população da provisão de serviços.

A MINUSTAH já acontecia há pelo menos seis anos quando, além do terremoto, outro aspecto controverso da presença das Nações Unidas em solo haitiano começou a se revelar: um surto de cólera que atingiu milhares, no qual, após diversos estudos e relatórios, concluiu-se que a doença havia chegado ao país por meio de soldados da ONU contaminados, e em função de condições inadequadas de saneamento dos alojamentos da ONU. A imprudência da organização em diagnosticar suas tropas para possíveis doenças culminou na contaminação da água e alastrou-se por diversas regiões do país (BESEN, 2014). Porém, a ONU recusou-se a assumir a responsabilidade pelo ocorrido, justificando que “o surto de cólera no Haiti foi causado pela confluência de circunstâncias descritas anteriormente, e não pela culpa ou pela deliberada ação de um grupo ou de um indivíduo” (DIPLOMATIQUE, 2012). Há de se citar também mais uma catástrofe natural na história recente do Haiti, quando em 2016 o furacão Matthew teve um efeito implacável na nação caribenha.

Ainda que o país estivesse enfrentando as consequências do furacão Matthew, a MINUSTAH chegou ao fim em outubro de 2017, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), com mandato para auxiliar o governo haitiano a melhorar a Polícia Nacional Haitiana, fortalecer as instituições –principalmente

justiça e sistema prisional— e proteger os direitos humanos. No entanto, diferentemente da MINUSTAH que era fortemente apoiada em contingente militar, a MINUJUSTH foi composta por unidades policiais e um quadro de funcionários civis (UNITED NATIONS, 2021).

Em 15 de outubro de 2019 o CSNU declarou que a MINUJUSTH havia completado seu mandato e encerrou a missão. Todavia, o Haiti permanece enfrentando problemas políticos, econômicos e sociais que o coloca nas últimas posições do índice de desenvolvimento humano (IDH). Após 15 anos da presença ininterrupta da ONU no país desde o início da MINUSTAH, permanece o questionamento, já levantado após as intervenções da década de 1990, sobre o potencial de uma missão de paz para responder a problemas estruturais que se estabeleceram desde o período colonial.

Dentre as razões que culminaram no término da MINUSTAH e a transição para a MINUJUSTH, figura como uma das mais importantes o aumento de denúncias de violações sexuais por parte dos capacetes azuis e toda a estrutura criada a partir desse fenômeno. Conforme discorrem Toledo e Braga (2020), a MINUSTAH constituiu uma "Economia de *Peacekeeping*", na qual se inseria a indústria sexual haitiana. Tal economia era movimentada pelos estrangeiros enviados ao Haiti sob mandato da ONU e fortalecida pela posição de poder destes últimos em detrimento da vulnerabilidade da população local, especialmente meninas e mulheres da ilha caribenha.

3. OS CASOS DE VIOLAÇÃO SEXUAL NA MINUSTAH: forças de paz protegem a população?

A violação dos direitos humanos por parte dos capacetes azuis é um tema que causa enormes constrangimentos pelo fato de que os perpetradores das violações são aqueles que foram enviados ao país exatamente para proteger a população. Infelizmente, tais ações tornaram-se acontecimentos relativamente recorrentes nas operações de paz. Embora o histórico das operações de paz da ONU remonte à década de 1950, com a primeira missão e *peacekeeping* enviada para mediar a crise no Canal de Suez, a organização só vai reconhecer formalmente a necessidade de lidar com os casos de violência sexual praticada por suas tropas partir da publicação do Relatório Zeid, em 2005. Tal documento, que será discutido na próxima seção do trabalho, foi instigado pelos registros de violência sexual nas missões de paz na República Democrática do Congo e na República Centro-Africana no início dos anos 2000 (UN..., 2018).

No caso específico da MINUSTAH, foi principalmente a partir de 2015 que se adensaram as queixas contra os capacetes azuis, principalmente casos de violência sexual,

incluindo estupro ou abuso⁶, exploração sexual⁷, “sexo transacional” - em que os soldados mantinham relações sexuais com as vítimas em troca de algo, geralmente comida ou água. Os relatos causaram grande comoção na comunidade internacional e impuseram grandes questionamentos sobre a legitimidade e os limites daquelas missões de paz. (LEE; BARTELS, 2019).

Os primeiros relatos de violação já haviam chegado à grande mídia brasileira em 2011, quando soldados do Uruguai foram acusados de cometer abuso sexual contra adolescentes e crianças (Correio Braziliense, 2011). No entanto, a imprensa internacional já divulgava escândalos envolvendo capacetes azuis da MINUSTAH em 2007, quando cerca de 100 militares do Sri Lanka participaram de exploração sexual também com menores de idade (BBC UK, 2007). Ambas as notícias mencionam que os membros da operação envolvidos nos casos foram repatriados para seus países de origem, porém, não está claro se foram responsabilizados e processados por seus atos judicialmente.

Em dezembro de 2019, um estudo investigativo das pesquisadoras Sabina Lee e Susan Bartels, largamente reproduzido em diversos jornais, levou a conhecimento os casos de 265 crianças, filhas de pais capacetes azuis que já haviam deixado o território haitiano, dentro os quais muitos brasileiros. Segundo em reportagem publicada no El País (2019), Lee e Bartels relataram que as mães das crianças permaneceram desamparadas, sem receber qualquer ajuda, uma vez que os soldados foram repatriados quando tiveram conhecimento da gravidez.

Na página do portal do órgão da ONU que se dedica a averiguar desvios de conduta de cunho sexual de seu pessoal em operações de paz, é possível encontrar atualmente 23 casos denunciados à organização a partir de 2015 no âmbito da MINUSTAH, conforme quadro a seguir:

⁶ “O abuso sexual é a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou sob condições desiguais ou coercitivas. Toda atividade sexual com uma criança (menor de 18 anos) é considerada abuso sexual” (Conduta em missões de campo da ONU. Glossário. tradução livre).

⁷ “Exploração sexual é qualquer abuso real ou tentado de posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a lucrar monetariamente, socialmente ou politicamente com a exploração sexual de outrem. Isso inclui atos como sexo transacional, solicitação de sexo transacional e relacionamentos de exploração”. Fonte: Conduta em missões de campo da ONU. Glossário. Tradução Livre.

Quadro 2 - Alegações de abuso sexual por enviados da ONU a civis durante a MINUSTAH entre 2015 e 2020.

Data [da alegação]	Data do incidente	Nacionalidade [do acusado]	Vítima	Alegação	Reivindicação [de reconhecimento] de paternidade	Resultado [da alegação]	Ação interna	Encaminhamento para responsabilização
08/2020	NE* - 2006	Filipinas	Criança	Abuso sexual (estupro)	Sim	Pendente	Pendente	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: pendente
02/2020	10/2013 - 01/2015	Senegal	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Pendente	Pendente	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: pendente
10/2019	NE*/2012 - NE*/2014	Uruguai	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Pendente	Pendente	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: pendente
02/2018	NE*/2013 - NE*/2014 NE*/2015 - NE*/2017	Benin Benin	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador) Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relação exploração) Substanciado (relacionamento explorador)	Pendente	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: repatriação
07/2017	Desconhecido	Bangladesh	Adulto	Exploração sexual (“sexo transacional”)	Não	Substanciado (“sexo transacional”)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (retido)	País de origem do acusado: dispensa/pendente Nações Unidas: pendente
06/2017	06/2017	Bangladesh	Criança	Abuso sexual (assédio sexual)	Não	Substanciado (assédio sexual)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (retido)	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: repatriação
05/2017	06 - 12/2016	Benin	Adulto	Exploração sexual (relacionamento)	Sim	Substanciado (relacionamento)	Nenhuma	País de origem do acusado: 45 dias de prisão Nações

				explorador)		explorador)		Unidas: repatriação
03/2017	NE* 2010 - 2011	Mali	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: repatriação
03/2017	03/2017	Canadá	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Não	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: administrativo Nações Unidas: repatriação
01/2017	Desconhecido	Guatemala	Adulto	Exploração sexual (“sexo transacional”)	Não	Não substanciado (evidências insuficientes)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (reembolsado), Administrativo	Caso encerrado
09/2016	05/2013	Camarões	Criança	Abuso sexual (estupro)	Não	Não substanciado (evidências insuficientes)	Nenhuma	Caso encerrado
09/2016	08/2016	Guatemala	Adulto	Exploração sexual (“sexo transacional”)	Não	Substanciado (“sexo transacional”)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (retido)	País de origem do acusado: administrativo (80 deméritos); Dispensa Nações Unidas: repatriação
02/2016	07 - 11/2015	Níger	Adulto	Exploração sexual (“sexo transacional”)	Não	Substanciado (“sexo transacional”)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (retido)	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: repatriação

01/2016	12/2015 - 01/2016	Benin	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Não	Não substanciado (Sem exploração ou abuso sexual, mas sim confraternização)	Pagamentos das Nações Unidas suspensos (reembolsado)	Caso encerrado
08/2015	06/2014 - NE*/2015	Ruanda	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: dispensa Nações Unidas: repatriação
08/2015	NE*/2009	Camarões	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento sexual explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: pendente Nações Unidas: repatriação
07/2015	06/2015	Burkina Faso	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Não	Não substanciado (sem contato sexual, mas sim confraternização)	Nenhuma	Caso encerrado
06/2015	Desconhecido	Desconhecido	Criança	Abuso sexual (atividade sexual com menor)	Não	Não substanciado (sem evidências)	Não aplicável ou não disponível	Caso encerrado
03/2015	Não especificado/2013 - Dezembro/2014	Não aplicável ou não disponível	Adulto	Exploração sexual ("sexo transacional")	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	Nações Unidas: dispensa
03/2015	2014	Canadá	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Não	Substanciado (relacionamento explorador)	Repatriação	País de origem do acusado: sem ação "sujeito aposentado" (indivíduo se aposentou antes) Nações Unidas: pendente

02/2015	NE*/ 2013 - 2014	Ruanda	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: dispensa Nações Unidas: repatriação
02/2015	NE*/2011	Ruanda	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Nenhuma	País de origem do acusado: dispensa Nações Unidas: repatriação
02/2015	11/2012 - 08/2013	Canadá	Adulto	Exploração sexual (relacionamento explorador)	Sim	Substanciado (relacionamento explorador)	Prévio a rotação	País de origem do acusado: administrativo Nações Unidas: repatriação

***NE: Não especificado**

Organização: SOUZA, K. S. Tradução Livre.

Fonte: *Conduct in UN field missions. Sexual exploitation and abuse. Table of allegations (2015 onwards)*

A partir da análise do quadro 2, verifica-se que foram denunciados quatro *peacekeepers* do Benin, três do Canadá, três de Ruanda, dois de Bangladesh, dois de Camarões, dois da Guatemala, um de Burkina Faso, um de Mali, um do Níger, um das Filipinas, um do Senegal e um do Uruguai. As vítimas são quatro crianças e vinte e dois adultos. A maior parte das alegações se referem a exploração sexual, abuso sexual e sexo transacional, nessa ordem. Dos casos denunciados, dezesseis foram substanciados, cinco foram considerados não-substanciados e três estão pendentes. Dentre as alegações substanciadas, a ONU repatriou quatorze *peacekeepers*, enquanto os Estados impuseram a três medidas administrativas, a quatro demissões, a um prisão por 45 dias e os demais estão pendentes.

Apesar dos chocantes e numerosos dados levantados por pesquisadores como Lee e Bartels, nota-se considerável discrepância entre a quantidade de casos observados na pesquisa e os vinte e três que foram denunciados junto à ONU nos últimos cinco anos. Ainda que o estudo das autoras anteriormente citadas não tenha o mesmo recorte temporal, pode se depreender que há relutância em denunciar atos criminosos, pelas seguintes razões:

Mulheres e meninas em Estados frágeis enfrentam barreiras consideráveis para relatar exploração e abuso sexual perpetrado por mantenedores da paz (Spence, 2016) (...) a quebra do estado de direito, impunidade criminal e o estigma associado à violência sexual explicam a subnotificação generalizada. Além disso, considerando os múltiplos sistemas jurídicos envolvidos, os procedimentos legais no contexto de exploração e abuso sexual perpetrados por forças de manutenção da paz podem ser complexos, árduos e revitimizantes (Connors, 2019). (VAHEDI et al., 2020, p. 2, tradução livre)

Outro aspecto importante de se notar a partir desse quadro são as nacionalidades dos capacetes azuis acusados de abuso ou exploração sexual. No intervalo de tempo compreendido entre 2015 e 2020, a maioria dos acusados é nacional do Benin, Canadá e Ruanda, enquanto nos levantamentos de Lee e Bartels os principais acusados são brasileiros, chilenos e uruguaios, dado que reflete a nacionalidade dos principais contribuintes das tropas da MINUSTAH, os latino-americanos (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2020). Assim, resta o questionamento sobre por que esses últimos não têm sido denunciados.

É mister salientar também que grande parte das queixas foi feita por adultos; assim, pode-se inferir que exista muita dificuldade para que os delitos cometidos contra crianças sejam delatados. Ademais, conforme discorrem King et al. (2020), é possível notar que crianças órfãs se tornam alvo para os criminosos, tendo em vista sua vulnerabilidade. Na mesma chave, é evidente a dificuldade de comprovação das violações contra infantes, pois, em alguns casos, eles não conseguem nem mesmo identificar o perpetrador.

Outrossim, os dados disponibilizados pela ONU revelam a recorrência de denúncias feitas por mulheres que se tornaram mães a partir das violações sexuais perpetradas por *peacekeepers*. Neste caso, seria menos dificultoso comprovar o crime, já que há a possibilidade de realização de teste de paternidade.

É possível perceber que a maioria das denúncias não são de casos esporádicos, mas se estenderam por tempo considerável, dessa maneira é caracterizada violência sexual prolongada, provavelmente durante todo o tempo em que o *peacekeeper* esteve no Haiti, até o momento em que a vítima engravidava e o criminoso era enviado para seu país. King et al. (2020) pontuam que “dar à luz causava dificuldades econômicas significativas e privava as crianças do apoio de seus pais”, configurando assim a reprodução de um ciclo de pobreza intergeracional. O abandono parental causado por *peacekeepers* no âmbito da MINUSTAH e as principais facetas disso foi objeto de análise das autoras já citadas:

O abandono do *peacekeeper* e a falta de responsabilidade resultou em uma cascata de condições de vida adversas para a mãe e para a criança, sendo a mais imediata as responsabilidades da maternidade solteira no Haiti. As chances de vida das crianças foram negativamente afetadas pelos ciclos intergeracionais de pobreza, que podem ser conceituados sob as lentes do trauma intergeracional e adversidade subsequente, onde danos físicos, econômicos e sociais são transferidos da mãe para a criança (Joanne, 2017). A falta de escolaridade da mãe, o trabalho precário e a inevitável insegurança financeira foram agravados ainda mais pelo desejo dos filhos por uma figura paterna (VAHEDI et al., 2020, p. 10, tradução livre).

Além disso, outro elemento é relevante na análise dos dados fornecidos pela ONU: a ideia de confraternização aparece em alguns dos casos como justificativa para isentar os *peacekeepers* de abusos, uma vez que estes estariam "confraternizando" com locais. Esse fato é destoante pois no trabalho investigativo com a população haitiana das pesquisadoras supracitadas há a narração de um fenômeno comum durante a MINUSTAH, que era um comportamento de “turistas em férias” por parte dos *peacekeepers*:

A socialização dos *peacekeepers* na comunidade com os civis locais foi um tema comum em toda a análise. Por exemplo, havia um padrão de *peacekeepers* indo à praia para lazer e dez narrativas descreviam claramente exploração ou abuso sexual ocorrendo em áreas de praia. (...) Essas experiências sugerem que, pelo menos no período de tempo referido pelo participante, no Haiti houve pouca aplicação da política de não confraternização da ONU, conforme previsto na política de tolerância zero da ONU. (KING et al., 2020 p. 6, tradução livre)

Conforme mencionado, tais relatos vão de encontro com as políticas da ONU, que estabelecem que o pessoal militar deve se abster de se envolver com a população local, a menos que como parte de uma tarefa militar planejada.

No que se refere à punição, nota-se que na maior parte das ocorrências em que foi demonstrado ter acontecido violação ou exploração sexual, os criminosos foram repatriados e em seus países de origem os casos não foram levados adiante. Dessa maneira, é visível a impunidade desses transgressores, muito em função da exclusividade quanto à jurisdição criminal, competida somente ao país natal do capacete azul. A respeito dessa questão, Adeodato (2009) tece comentários sobre possibilidade de enquadrar os delitos cometidos por enviados da ONU como crimes contra a humanidade, julgados pelo Tribunal Penal Internacional, uma vez que esta pauta passasse a ser do interesse da comunidade internacional, a fim de “dar o exemplo”, no entanto, o dilema é multifacetado, sendo a imunidade que os peacekeepers detêm um dos principais elementos que podem ser um entrave na responsabilização dos mesmos.

Conforme visto, os casos de violação sexual durante a MINUSTAH são subnotificados ou pouco esclarecidos, uma vez que a quantidade de denúncias junto a ONU é largamente inferior aos dados coletados em pesquisas de campo. Além disso, a questão da punição dos criminosos e da reparação às vítimas também constituem um quadro de impunidade em que, a curto prazo, não há previsão de melhora.

4. A POLÍTICA ONUSIANA PARA COMBATE À VIOLAÇÃO SEXUAL POR PARTE DE SEU PESSOAL

Os principais documentos oficiais da ONU que orientam a conduta dos enviados em missões de paz são o Relatório Brahimi (2000) e um protocolo denominado “Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: Princípios e Diretrizes”, conhecido como *Capstone Doctrine* (2008). Adicionado a esses documentos mais amplos, há o já mencionado Relatório Zeid (2005) e o *Military Aide Mémoire: United Nations Measures Against Sexual Exploitation and Abuse* (2017). Além disso, a organização adotou uma política de Tolerância Zero a qualquer tipo de abuso ou exploração sexual, sob a alegação que toda transgressão terá consequência (ONU, 2017). Porém, há um distanciamento entre o que estabelecem os documentos e o que acontece na prática, como já constatado.

O Relatório Brahimi foi um instrumento que almejou reformar a concepção e a prática das missões de paz, como uma resposta para os fracassos em Ruanda e Iugoslávia, tendo em vista a inércia e incompetência das iniciativas onusianas. Dessa forma, o documento: “Focaliza questões de estratégia e tomada de decisão (*decision-making*) das operações de paz e faz recomendações sobre a capacidade de destacamento rápido e de planejamento e apoio estrutural às missões” (BIGATÃO, p. 166, 2009).

A Doutrina Capstone, por sua vez, foi concebida no sentido de oficializar alguns dos pontos já abordados no Relatório Brahimi, principalmente a ideia de “operações mais robustas”:

Em suma, com a Doutrina Capstone, as operações de manutenção da paz passaram a abranger uma gama maior de operações, incluindo as ditas robustas. Os princípios básicos, por sua vez, passaram a ser: não uso da força, exceto em autodefesa e na defesa do mandato, imparcialidade e consentimento. (...) Nesse contexto, a MINUSTAH representou um marco bastante importante, uma vez que teve início exatamente entre o início do delineamento do conceito de operação de paz robusta pelo Relatório Brahimi, em 2000, e sua oficialização como norma, em 2008, por meio da Doutrina Capstone. (ESCOLA DE OPERAÇÕES DE PAZ DE CARÁTER NAVAL, p. 114, 2019)

O Relatório Zeid, por outro lado, teve como objeto de análise os casos de abuso e exploração sexual durante a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e visava fazer uma revisão abrangente das medidas da ONU sobre a questão do abuso e exploração sexual por parte das forças de paz, além de elaborar recomendações sobre como lidar com o problema. Os principais pontos abordados no relatório estão relacionados com a necessidade de melhor investigação, por parte dos países que contribuem com tropas, bem como punição nos casos em que for comprovado o crime, além da necessidade de políticas preventivas mais efetivas (NDULO, 2009, p. 149). As principais recomendações deste relatório são:

- ❑ A aplicação de todas as regras estabelecidas no Boletim do Secretário Geral em 2003 (ST/SGB/2003/13)⁸ a todas as categorias de pessoal de missões da paz das Nações Unidas, incluindo polícia civil, observadores militares e membros de contingentes nacionais, voluntários das Nações Unidas, consultores e empreiteiros individuais;

⁸ A saber:

- (a) A exploração sexual e o abuso sexual constituem atos de má conduta grave e são, portanto, motivo para medidas disciplinares, incluindo a demissão sumária;
- (b) É proibida a atividade sexual com crianças (pessoas menores de 18 anos) independentemente da idade da maioridade ou da idade de consentimento local. Equívoco quanto à idade de uma criança não é uma defesa;
- (c) A troca de dinheiro, emprego, bens ou serviços por sexo, incluindo favores sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou exploratório, é proibido. Isto inclui qualquer troca de assistência que seja devida aos beneficiários de assistência;
- (d) Relações sexuais entre o pessoal das Nações Unidas e os beneficiários de assistência, já que se baseiam em dinâmicas de poder intrinsecamente desiguais, minam a credibilidade e a integridade do trabalho das Nações Unidas e são fortemente desencorajados;
- (e) Quando um membro do pessoal das Nações Unidas desenvolve preocupações ou suspeitas sobre exploração sexual ou abuso sexual por um colega de trabalho, seja no mesmo nível de agência ou não e quer esteja ou não dentro do sistema das Nações Unidas, ele ou ela deve comunicar tais preocupações através de mecanismos de informação estabelecidos;
- (f) O pessoal das Nações Unidas é obrigado a criar e manter um ambiente que impede a exploração sexual e o abuso sexual. Os gestores em todos os níveis têm responsabilidade particular de apoiar e desenvolver sistemas que mantenham este ambiente.

- ☐ A inclusão do Boletim e das regras de conduta acima em cada memorando de entendimento assinado entre as Nações Unidas e cada país que contribui com tropas;
- ☐ Assegurar que os países que contribuem com tropas sejam obrigados a garantir que o Boletim e as regras de conduta são vinculativas para os militares membros de seus contingentes nacionais;
- ☐ A publicação das regras do Boletim e dos outros códigos de conduta nos idiomas dos contingentes;
- ☐ O estabelecimento de uma capacidade de investigação profissional permanente para investigar casos complexos de má conduta grave, incluindo conduta de abuso ou exploração sexual;
- ☐ A participação de um especialista em direito militar de um país que contribui com tropa como membro de qualquer investigação de membros de seu contingente, a fim de melhorar as chances de que os perpetradores sejam julgados no país de origem;
- ☐ Realização de tribunal marcial no local por países contribuintes de tropas, uma vez que isso facilitaria o acesso a testemunhas e provas na área que está hospedando a missão de paz;
- ☐ A fim de garantir a responsabilidade dos gestores, o relatório recomendou que a implementação efetiva de medidas para eliminar a exploração e o abuso sexual deveria fazer parte das metas de desempenho e avaliação dos gestores e comandantes;
- ☐ Sobre a responsabilidade disciplinar individual, deveria haver uma responsabilidade disciplinar rigorosa para o pessoal de manutenção da paz que viole as regras das Nações Unidas contra a exploração e o abuso sexual, rotulando tal conduta como falta grave, o que implica em demissão do serviço das Nações Unidas;
- ☐ Recomendou ainda que o modelo de memorando de acordo entre as Nações Unidas e os países que contribuem com tropas deve prever que, se uma investigação do Departamento de Operações da Paz concluir que um membro de seu contingente cometeu um ato de exploração ou abuso sexual, o país que contribui com tropas deve concordar em encaminhar o caso a suas autoridades nacionais ou militares competentes para que seja considerado para processo judicial, de acordo com suas leis.
- ☐ O modelo de acordo deve exigir que os Estados contribuintes com tropas se comprometam a agir quando um membro de seu contingente tiver violado as normas estabelecidas no Boletim de 2003;
- ☐ O país também deve comunicar os resultados ao Secretário-Geral;

- ❑ Também propôs que aqueles que cometem abuso sexual e exploração devem ser responsabilizados financeiramente pelos danos causados às vítimas. Em particular, a Assembleia Geral deve solicitar ao Secretário-Geral que exija testes de DNA e outros exames para estabelecer a paternidade em casos apropriados, de modo a garantir que o pessoal de manutenção da paz possa ser obrigado a dar apoio aos filhos que abandonam;
- ❑ O relatório recomendava que o memorando de acordo entre os países que contribuem com tropas e as Nações Unidas deveria prever especificamente que seus contingentes sejam obrigados a respeitar as leis locais;
- ❑ Finalmente, o relatório recomendava que o modelo deste memorando de acordo entre as Nações Unidas e o país contribuinte das tropas informasse sobre qualquer ação tomada, no que se refere aos casos encaminhados como resultado das investigações das Nações Unidas no prazo de até 120 dias.. (Ibidem, p. 151).

A aplicação dessas orientações visava a efetividade do combate e punição em casos de violência sexual, porém poucas foram de fato incorporadas pela instituição.

Já o *Military Aide Memoire* é um guia para orientar os comandantes a como proceder para evitar e, se necessário, reportar casos de violência sexual, como uma das medidas de conscientização da “Política de Tolerância Zero”.

Uma outra medida da ONU com vistas a reduzir ou eliminar os casos de violação sexual por parte dos capacetes azuis foi o incentivo à participação de mulheres nas tropas. Tal ação, que integrava o escopo mais amplo das múltiplas reformas conduzidas pela organização desde os anos 2000 para tornar as missões de paz mais efetivas, foi criticada em razão da maneira machista como abordou a prática de violação aos direitos humanos (HERNANDEZ, 2020).

Destarte, a ONU, enquanto organização internacional munida de personalidade jurídica, é passível de responsabilização pela conduta de seus agentes. Ainda que o *peacekeeper* detenha imunidade penal absoluta, em função de se enquadrar como "agente diplomático", há na Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas (1961) ressalvas quanto a extensão desse direito, uma vez que ele ainda pode ser punido por suas ações em seu país de origem. Caso o Estado responsável pelo agente infrator não tome as medidas necessárias, a ONU deve iniciar uma investigação preliminar, que se não for continuada pelo país do *peacekeeper*, entende-se como “incapacidade” ou “falta de interesse em investigar”. Por outro lado, no que diz respeito aos funcionários de missão de paz, esses podem sofrer medida disciplinar interna, além de terem suspensas imunidades e privilégios no país da missão. No entanto, conforme versa Pinto (2017),

é notável um silenciamento no que refere às consequências legais ou disciplinares aos que praticarem faltas graves e/ou crimes. Dessa forma, os documentos anteriormente analisados perdem força perante o comprometimento dos agentes. Assim, existe a necessidade de se revisar o sistema de privilégios e imunidades detidos por agentes de paz da ONU, posto que esse mecanismo acaba por ser instrumentalizado para proteger violadores de direitos humanos.

5. OS LEGADOS DA MINUSTAH

A MINUSTAH falhou em, essencialmente, todos os objetivos para os quais fora designada. Nos objetivos 1 (ambiente seguro e estável) e 2 (processo político), notam-se pouquíssimos avanços, em contrapartida, muitas acusações de fraude eleitoral foram feitas nas últimas edições do pleito presidencial em 2010 e 2016. Além disso, a desarticulação de grupos paramilitares e redução da violência no país não foram tão expressivas quanto se esperava, posto que “identificou-se que o Haiti em 2013 possuiu uma taxa de homicídios acima da média global e mais alta ou equivalente à de países em conflito como Afeganistão, Libéria, Serra Leoa” (COLÓRIO, 2016, p. 33). Sob o mesmo prisma, Chalmers (2020) denuncia que a operação não desarmou nenhum grupo armado durante seus 13 anos e que, paradoxalmente, as gangues que praticam crimes das mais diversas naturezas, como narcotráfico, robusteceram-se e permitiram maior fluidez no trânsito de drogas para os Estados Unidos.

A terceira meta prevista pela Resolução 1542 versa a respeito dos Direitos Humanos, sendo esse o principal paradoxo da missão. A organização Jubileu Sul Américas recentemente organizou um relatório a respeito dos principais impactos da MINUSTAH para o país. Nele são citados diversos aspectos problemáticos da missão e do papel desempenhado por seus enviados e pela própria organização, a saber: as ações de extrema violência em conjunto com a Polícia Nacional Haitiana, a responsabilidade dos *peacekeepers* pelo surto de cólera no país, que contaminou 800.000 pessoas e ceifou a vida de outras 30.000, as promessas de ajuda humanitária nunca cumpridas em completude, além das próprias violações sexuais, principalmente as que geraram crianças de pais capacetes azuis. A respeito da impunidade dos criminosos vestidos de capacetes azuis e os impactos desses atos para a sociedade haitiana, Chalmers argumenta:

A FARSA GOVERNAMENTAL E INSTITUCIONAL ESCAMOTEIA AS SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DOS ESTUPROS DE CRIANÇAS, JOVENS E MULHERES. SÃO CENTENAS DE HAITIANAS E HAITIANOS que vivem atormentados pela depressão, culpa, distúrbios alimentares, distúrbios de comportamento, isolamento e silêncio, com a impossibilidade de terem

relações sexuais normais ao longo da vida, e optam frequentemente pelo SUICÍDIO. (Tradução livre, JUBILEO SUR AMÉRICAS, 2020, p. 15)

O depoimento a seguir, de um homem da região de Cap-Haitien, para a Jubileo Sur Américas, expõe mais facetas desse mesmo dilema nefasto:

“Os soldados destruíram o futuro destas meninas, engravidando-as e depois abandonando-as. Este comportamento pode ter um impacto negativo na sociedade e no país como um todo, pois estas meninas poderiam ter se tornado advogadas, médicas ou qualquer outra coisa que poderia ajudar o Haiti amanhã. Agora podemos ver muitas delas vagando pelas ruas ou pelo mercado com um cesto na cabeça, vendendo laranjas, pimentas e outras coisas para criar as crianças que tiveram com os soldados da MINUSTAH”.

No mesmo sentido, os locais afirmam que recorrentemente as mulheres que se tornam mães a partir de relações com capacetes azuis veem-se sem alternativas a não ser voltar a manter as mesmas práticas com outros agentes de paz, a fim de prover sustento para seus filhos.

Tanto neste documento, quanto por meio de outras associações, como a KOFAVIV (Comissão de Mulheres Vítimas para Vítimas, tradução livre), nota-se um discurso que reivindica reparação por todos esses danos. O *Bureau des Avocats Internationaux* (BAI) e o *Institute for Justice & Democracy in Haiti* (IJDH) trabalham conjuntamente para amenizar os impactos nas vidas das vítimas de diversos tipos de crimes ocorridos no Haiti, dentre eles os casos de abuso sexual. Dessa forma, conseguiram organizar uma ação na justiça haitiana em prol de dez crianças nascidas de relacionamentos entre haitianas e *peacekeepers*, a fim de pressionar a ONU para que assegure o pagamento de pensão. Porém, essa iniciativa ainda não consegue contemplar a grande quantidade de crianças na mesma situação, nem mesmo as vítimas de abuso sexual que não engravidaram. Além disso, o principal ator envolvido, a ONU, deveria tomar essa iniciativa, já que a sua missão teve esse impacto tão acentuado na sociedade haitiana e reparações são o mínimo a se esperar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou os principais pontos que permeiam a questão de abuso ou exploração sexual perpetrados contra população civil por enviados da ONU durante a MINUSTAH, entre 2004 e 2017. Dessa maneira, analisou quais condicionantes permitiram que tal fenômeno acontecesse, com ênfase na instabilidade política, econômica, social do Haiti em razão das intervenções de outros países, bem como a conivência da organização internacional diante os casos. Tendo em vista a atualidade do tema, o estudo mostrou que o problema

retratado está longe de ser equacionado, tanto do ponto de vista de uma política onusiana efetiva para a prevenção de novos abusos, quanto do tratamento dado aos casos reportados no lapso de tempo em que durou a MINUSTAH na ilha caribenha.

Inicialmente, o trabalho apresentado ressaltou o histórico político, econômico e social do Haiti, com destaque para as numerosas interferências externas em diversos momentos da história do país. Posteriormente, a MINUSTAH foi examinada, de forma a contrapor os objetivos para os quais foi estabelecida e as principais incoerências provenientes do não cumprimento deles. Mais adiante, o estudo se debruçou em avaliar o banco de dados disponibilizado pela ONU para o acompanhamento dos casos de violação sexual por capacetes azuis da MINUSTAH denunciados. Todavia, quando os 23 casos expostos foram contrapostos às denúncias coletadas em pesquisa de campo publicada por pesquisadoras em 2019, verificou-se enorme discrepância, indicando problemas como subnotificação e mecanismos falhos de denúncia. Adicionalmente, foi possível verificar a ausência de responsabilização efetiva dos criminosos, tanto por parte da organização como dos países contribuintes com tropas, além de contradições a respeito das próprias políticas onusianas. Essas últimas foram esmiuçadas na quarta seção do trabalho, em que foi possível perceber o distanciamento existente entre o discurso oficial das Nações Unidas em relação à prática. Por fim, empenhou-se em traçar, em linhas gerais, os principais impactos da MINUSTAH percebidos até então.

Conforme visto, o posicionamento da ONU mediante violências sexuais é muitas vezes incoerente, já que ao mesmo tempo em que institui uma política de Tolerância Zero para esse tipo de desvio de conta - criminoso -, não impõe punições efetivas, nem mesmo exige, de forma mais incisiva, medidas cabíveis por parte dos Estados que contribuem com tropas. É possível afirmar que talvez não seja conveniente para a organização reconhecer, de forma ampla e transparente, todos os crimes cometidos por seus enviados, instaurar uma grande investigação que abranja todas as missões para averiguar a considerável miríade de vítimas e repará-las, assumindo sua incapacidade de legislar sobre essa área, pois, se o fizesse, enfraqueceria um dos seus principais pilares: as missões de paz. Essas últimas são os principais instrumentos atualmente disponíveis para atuação multilateral em áreas de conflito. Posto isso, faz-se imprescindível pontuar que enquanto as potências imperialistas figurarem como os principais atores da ONU, operando conforme lhes convém, o mandato de zelador da paz e segurança no mundo detido pela organização, primando pelos direitos humanos, sempre será falacioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2019, Recife-PE. **A ditadura Duvalier e a construção da violência institucional** [...]. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552422190_ARQUIVO_AditaduraDuvaliereaconstrucaodaviolenciainstitucional.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

ADEODATO, Marina Machado. **Responsabilidade de missões de paz da ONU por violações aos direitos humanos**. Orientador: Prof. Dr. André Regis de Carvalho. 2009. Dissertação (Mestre em Direito) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa - PB, 2009.

ALENCAR, Mirela Nogueira de. Violência estrutural e a operacionalização da paz no Haiti: uma análise a partir do indicador de pobreza. **Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI). UFPR**, p. 1-22, abr. 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Viol%C3%A2ncia-estrutural-e-a-operacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-paz-no-Haiti.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

BESSEN, Daphne Costa. **O Haiti nos tempos de cólera**: A segurança humana e o papel das organizações não governamentais nas tragédias haitianas. PUC-Rio, Rio de Janeiro, p. 51-67, 5 dez. 2014. DOI 10.17771/PUCRio.CadRI.23756. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=23756@1>. Acesso em: 25 set. 2020.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Manutenção da paz e resolução de conflitos**: Respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990. 2009. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP), 2009.

BRANCO, Diana Ferreira. **O Relatório Brahimi e a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti**: Afinidades e contradições. 2018. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais.) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. 1. ed. [S. l.]: UNESP, 2012. 576 p. ISBN 9788539302666.

CÂMARA, Irene Pêsoa de Lima. **Em nome da democracia**: A OEA e a crise haitiana 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão. Centro de Estudos Estratégicos. 240 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/11-aprovadas-cae/3050-em-nome-da-democracia-a-oea-e-a-crise-haitiana-1991-1994>. Acesso em: 23 set. 2020.

CASTOR, Suzy. El alcomodo del aparato neocolonial. In: LEÓN, Camila Valdés; VOLTAIRE, Frantz (org.). **Antología del pensamiento crítico haitiano contemporáneo**. [S. l.]: Clacso, 2018. p. 89-119.

CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL/HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS (Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil/Cambridge, Massachusetts).

Mantendo a paz no Haiti?: Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso. Relatórios Justiça Global, [s. l.], março 2005. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/category/biblioteca/biblioteca-relatorios/>. Acesso em: 18 set. 2020.

COLÓRIO, Augusto Gabriel. A Participação Brasileira na MINUSTAH e os efeitos na área de Segurança Pública. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 17, p. 23-36, ago./ set. 2016.

DURCH, William J.; ANDREWS, Katherine N.; ENGLAND, Madeline L.; WEED, Matthew C. Introduction: Accountability in Peace Operations. In: **IMPROVING Criminal Accountability in United Nations Peace Operations**: Report from the Project On Rule of Law in post-conflict settings future of peace operations program. Washington: Stimson, June 2009. cap. 1, p. 1-24.

ESCOLA DE OPERAÇÕES DE PAZ DE CARÁTER NAVAL (Rio de Janeiro). Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo. **13 anos do Brasil na MINUSTAH**: lições aprendidas e novas perspectivas. [S. l.: s. n.], 2019.

FILHO, Wladimir Valler. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 396 p.

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elisabeth Weber. Revolução Haitiana: o medo negro assombra a América. **Disc. Scientia**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 2. ed. Porto Alegre-RS: L&PM, 2012. ISBN 978.85.254.0755-9. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-Veias-Abertas-da-America-Latina.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. A MINUSTAH como uma missão civilizatória: Uma análise crítica da política internacional para a estabilização do Haiti. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, [S. l.], ano 2017, v. Vol. 8 (3), p. 259-275, 27 abr. 2017.

HERNANDEZ, Brianna Nicole. Sexual Abuse in UN Peacekeeping: The Problem of Viewing Women as a 'Quick Fix'. **E-International Relations**, [S. l.], p. 1-5, 20 fev. 2020. ISSN 2053-8626. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/02/20/sexual-abuse-in-un-peacekeeping-the-problem-of-viewing-women-as-a-quick-fix/>. Acesso em: 30 set. 2020.

HUNT, Ai Kihara. **Holding UNPOL to account**: Individual Criminal Accountability of United Nations Police Personnel. [S. l.]: Brill Nijhoff, 2018. v. 50. ISBN 978-90-04-32881-5.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE INVESTIGACIÓN SOCIAL (Argentina). **La Insurrección Popular Haitiana Y La Nueva Frontera Imperial: Dossier nº 8 del tricontinental**. Buenos Aires: Tricontinental, 2018.

JUBILEO SUR AMÉRICAS. Impactos de la ocupación en Haití en los últimos 10 años. **Desarrollo y soberanía de los pueblos latinoamericanos y caribeños**, Nicaragua, p. 1-50, 14 ago. 2020.

KING, Carla; LEE, Sabine; BARTELS, Susan A. 'They Were Going to the Beach, Acting like Tourists, Drinking, Chasing Girls': A Mixed-Methods Study on Community Perceptions of Sexual Exploitation and Abuse by UN Peacekeepers in Haiti. **Stability: International Journal of Security and Development**, [S. l.], p. 1-22, 2020.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. 'They Put a Few Coins in Your Hand to Drop a Baby in You': A Study of Peacekeeper-fathered Children in Haiti. **International Peacekeeping**, [S. l.], ano 2020, v. 27, p. 177-209, 11 dez. 2019. DOI 10.1080/13533312.2019.1698297.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533312.2019.1698297?journalCode=finp20>.

Acesso em: 14 set. 2020.

_____. **Os filhos abandonados da ONU no Haiti**. El País, dez. 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html> Acesso em 01 fev. 2021.

LOUIS-JUSTE, Jn Anil; LEDESMA, Isabel; PIERRE, Marie Paule; D., José Antonio Gutiérrez; BOISROLIN, Henry. **Haití: la ocupación militar y la tercerización del imperialismo**. Montevideo: Ediciones Universidad Popular Joaquín Lencina, 2009.

MATIJASCIC, V. B. "Haiti: uma história de instabilidade política". **Cenário Internacional**, São Paulo, 14/07/2009. ISSN 1981-9102. Disponível em:

<http://www.cenariointernacional.com.br/default3.asp?s=artigos2.asp&id=130>. Acesso em: 23 set. 2020.

MILITARES da ONU no Haiti são investigados por abuso sexual de crianças. **Correio Braziliense**, 13 ago. 2011. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2011/08/13/interna_mundo,265383/militares-da-onu-no-haiti-sao-investigados-por-abuso-sexual-de-criancas.shtml. Acesso em: 21 set. 2020.

NDULO, Muna. The United Nations Responses to the Sexual Abuse and Exploitation of Women and Girls by Peacekeepers During Peacekeeping Missions. **Cornell Law Faculty Publications**, 2009.

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS.

Retrospectiva da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

(MINUSTAH). Grupo de Estudos de Defesa e Forças Armadas (GEDES), Franca, 2017.

Disponível em: https://www.unesp.br/gedes/produtos/arquivos/m4_u18_14112017-10-17-45.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

PINTO, Danielle Jacon Ayres *et al.* A responsabilidade internacional das Nações Unidas frente à conduta dos agentes da paz: Uma visão crítica. **Revista da Escola de Guerra Naval**: Periódico especializado em Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, v. 23, ed. 3, p. 755-784, setembro/dezembro 2017.

PROVIDING FOR PEACEKEEPING. Contributions. In: **IPI Peacekeeping Database**. Disponível em: <http://www.providingforpeacekeeping.org/contributions/>. Acesso em: 9 out. 2020.

Sri Lanka troops ‘abused Haitians’. **BBC NEWS**, 2 nov. 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7075866.stm. Acesso em: 21 set. 2020.

SEITENFUS, Ricardo A. S. **Reconstruir Haiti**: entre la esperanza y el tridente imperial. [S. l.]: Clacso, 2016.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. “**Abuso e exploração sexual em operações de paz**: o caso da MINUSTAH”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e60992, 2020.

THE LANCET. “**Growth of aid and the decline of humanitarianism**”, vol 375 January 23, 2010. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2810%2960110-9> Acesso em 01 fev.2021

UN SEX ABUSE SCANDAL. Direção: Ramita Navai. Produção: Sam Collins. **PBS**, 2018. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/frontline/film/un-sex-abuse-scandal/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**, New York, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. General Assembly Security Council. A/55/305–S/2000/809. Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects, 2000. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/brahimi%20report%20peacekeeping.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

_____. Office of the Special Coordinator on Improving United Nations Response to Sexual Exploitation and Abuse. Agosto/2017. **Military Aide Memoire**: United Nations Measures against Sexual Exploitation and Abuse. Commanders’ guide on measures to combat Sexual Exploitation and Abuse in United Nations military, [S. l.], 16 ago. 2017.

_____. Peacekeeping Operations. Completed and ongoing peacekeeping missions. In: Missions in Haiti. 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. Security Council. United Nations. Practices, Procedures and Working Methods. Glossary, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/glossary>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Sexual Exploitation and Abuse: Table of allegations (2015 onwards). In: Conduct in UN Field Missions. 2020. Disponível em: <https://conduct.unmissions.org/table-of-allegations>. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. MINUJUSTH. 2021. Disponível em <https://minujsth.unmissions.org/en/mandate>
Acesso em 01 fev.2021.

VAHEDI, Luissa; BARTELS, Susan; LEE, Sabine. “His Future will not be Bright”: A qualitative analysis of mothers’ lived experiences raising peacekeeper-fathered children in Haiti. **Children and Youth Services Review**, [S. l.], p. 1-13, 27 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105625>. Acesso em: 16 dez. 2020.

ZANELLA, Cristine Koehler; BERALDO, Maria Carolina Silveira. ONU introduz epidemia de cólera no Haiti: Tudo depende do Nkali. **Diplomatique**, n. 55, 6 fev. 2012. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/onu-introduz-epidemia-de-colera-no-haiti/>. Acesso em: 25 set. 2020.